



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota	31/12/17	31/12/16
Ativo circulante		62.777	22.157
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.657	10.913
Títulos e valores mobiliários	6	5.202	5.616
Contas a receber de clientes	7	27.881	5.733
Impostos a recuperar	5	5	32
Despesas pagas antecipadamente	5	5	5
Outros passivos	21	1	1
Não circulante		255.727	262.697
Depósitos judiciais	9	9	—
Imobilizado	8	255.674	262.624
Intangível	9	44	73
Total do ativo		318.498	284.854

	Nota	31/12/17	31/12/16
Passivo circulante		57.348	28.206
Empréstimos e financiamentos	10	12.000	11.930
Fornecedores	11	24.555	1.537
Salários, férias e encargos sociais		42	46
Impostos e contribuições sociais a recolher		2.090	1.110
Dividendos declarados - Partes relacionadas	14.1	11.526	6.535
Provisões de constituição de ativos	12	6.995	7.005
Outros passivos		140	43
Não circulante		75.194	86.715
Empréstimos e financiamentos	10	71.128	81.961
Provisão para contingências	13	35	35
Provisões de constituição de ativos	12	4.031	4.719
Patrimônio líquido		185.956	169.933
Capital social	15	126.744	126.744
Reservas de lucro		59.212	42.189
Passivo e patrimônio líquido		318.498	284.854

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	31/12/17	31/12/16
Saldos em 31 de dezembro de 2015	126.744	126.744
Lucro líquido do exercício	—	—
Reserva legal	—	—
Dividendos declarados - partes relacionadas	—	—
Transferência para reserva de lucros	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2016	126.744	126.744
Lucro líquido do exercício	—	—
Reserva legal	—	—
Dividendos declarados - partes relacionadas	—	—
Reversão reserva especial de dividendos não distribuídos	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2017	126.744	126.744

	Reserva de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de lucro acumulados	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	126.744	2.017	28.736	158.957	158.957
Lucro líquido do exercício	—	—	—	27.517	27.517
Reserva legal	1.376	—	—	—	—
Dividendos declarados - partes relacionadas	—	(10.001)	—	—	(16.536)
Transferência para reserva de lucros	—	—	19.606	—	(19.606)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	126.744	3.393	38.341	169.933	169.933
Lucro líquido do exercício	—	—	—	21.014	21.014
Reserva legal	—	—	—	—	—
Dividendos declarados - partes relacionadas	—	1.051	—	—	(1.051)
Reversão reserva especial de dividendos não distribuídos	—	—	—	(4.991)	(4.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	126.744	4.444	54.768	185.956	185.956

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. INFORMAÇÕES GERAIS:
A Usina Paulista Que luz de Energia S.A. é uma "Sociedade de Propósito Específico - SPE", tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Que luz - PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Que luz - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais. A Usina possui uma planta com capacidade de geração de 14 de agosto de 2007, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para Alupar Investimento S/A. A Usina possui duas turbinas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 12 de agosto de 2011, através do Despacho nº 3.284, foi liberada a unidade geradora UG2. Em 07 de julho de 2012, através do Despacho nº 2.236, foi liberada a unidade geradora UG1. A Companhia passou a contar com uma instalação total de 30 MW, cuja geração efetiva atende o despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS. As atividades de geração e comercialização de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e a atividade de operação pelo ONS - responsável por operar o Sistema Interligado Nacional - SIN. A autorização de exploração da Usina vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação (até 2034).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 08 de março de 2018. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes foram avaliadas e consideradas apropriadas para a finalidade pretendida, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro (R\$), e a moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro (R\$). **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que seja diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ajustes de valorização e de desvalorização. **3.2 Contas a receber de clientes:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas alterações de valor principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer no cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração para a mensuração é de efetuar análise individual sobre as contas a pagar de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventos de redução de seu provável valor de recuperação (impairment). Os ativos são considerados recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum impairment. **3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2017 e 2016, incluindo operações de hedge. **3.2 Provisão para redução ao provável valor de ativos de longo prazo:** A administração realiza anualmente o balanço patrimonial líquido dos ativos de longo prazo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionadas a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos de longo prazo. **3.3 Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma obrigação é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.4 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.5 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6 Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção mais juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil estimada dos ativos, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda bruto dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidade geradora de caixa - UGC). Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a taxa de redução ao provável valor de recuperação corrente e impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes concorrentes e interessadas, ajustado por custos de venda. Quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.7 Intangível:** O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. **3.8 Tributação:** **3.8.1 Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas são apresentadas sob o custo de venda. **3.8.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes:** O imposto de renda e contribuição social - Correntes: O imposto

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS:

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas: Uma série de novas normas ou pronunciamentos serão efetivos para exercícios após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não as adotou na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotá-las de forma antecipada. **Pronunciamento - Descrição - Vigência:** CPC 47/IFRS 15 - Receitas de contratos com Clientes. Refere-se à convergência do IASB sobre o reconhecimento de receita. Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; - CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; - Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil - Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial - Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019; A Administração da Companhia avaliou a aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 47, 48 e 06 (R2) e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	31/12/17	31/12/16
Caixa e equivalentes de caixa:	29.657	10.913
Número disponível	5.900	191
Aplicações financeiras	23.757	10.722

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 90% a 100,7% do CDI em 31 de dezembro de 2017, à mesma média apresentada em 2016.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

	31/12/17	31/12/16
Circulante	5.202	5.616
Títulos e valores mobiliários	5.202	5.616

Essas aplicações financeiras referem-se à constituição de conta reserva definida nos contratos de empréstimos da Companhia com o BNDES, com característica de baixa liquidez e baixo risco de crédito, com remuneração efetiva do CDI de 100,8% em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:

	31/12/17	31/12/16
Circulante	27.881	5.733
Suprimento de energia elétrica	27.881	5.733

8. IMOBILIZADO:

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxa	31/12/16	Adições	Transfere- rências	31/12/17
Em serviço		5.039	—	—	5.039
Terrenos	0%	172.898	—	2.622	175.520
Reservatórios	2%	28.085	—	498	28.583
Educação	3%	88.507	48	308	88.863
Veículos	14%	450	—	—	450
Móveis e utensílios	5%	59	—	1	60
Em curso		3.298	131	(3.429)	—
Total do custo		298.324	179	(298.503)	—
Depreciação		(35.700)	(7.129)	—	(42.829)
Reservatórios	(19.504)	(3.876)	—	—	(23.380)
Educação	(3.104)	(620)	—	—	(3.724)
Máquinas	(12.926)	(2.566)	—	—	(15.492)
Móveis e utensílios	(156)	(64)	—	—	(220)
Total do imobilizado líquido		262.624	(6.950)	—	255.674

9. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Taxa	31/12/16	Adições	31/12/17
Em serviço		85	85	85
Software	20%	85	—	85
Outros intangíveis	6%	128	—	128
Total do custo		213	—	213
Amortização		(78)	(3)	(81)
Software	(62)	(2)	—	(64)
Outros intangíveis	(16)	—	—	(16)
Total da amortização		(140)	(29)	(169)
Total do intangível líquido		73	(29)	44

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

a. O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Insti- tuções	Vencí- mento	Taxa	Encar- gos	Prin- cipal	Circulante		Não circulante - Principal	
					31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
BNDES	01/01/25	1,93%	231	9.992	9.823	9.750	58.349	67.215
BNDES	01/01/25	2,22%	52	2.101	2.153	2.137	12.779	14.720
FINAME	15/07/18	3,00%	—	24	24	43	—	26
			283	11.717	12.000	11.930	71.128	81.961

Recursos captados junto ao Banco Itaú BBA S/A: Os recursos relativos ao FINAME referem-se à cédula de crédito bancário, celebrada em 26 de junho de 2013, o objeto é o financiamento da aquisição de um caminhão modelo ATRON 2729 K30, cujo montante original financiado é de R\$ 192, pelo subcrédito A, com taxa fixa de 3% a.a., equivalente a 0,246627% a.m. O prazo de financiamento é de 54 parcelas com amortização inicial em 17 de fevereiro de 2014 e vencimento em 15 de julho de 2018. Este contrato não estabelece condições restritivas. **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:** Em 11 de março de 2009, a Companhia celebrou o contrato nº 08.2.0975.1, cujo montante original financiado é de R\$ 114.647, corrigidos à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais juros de 1,93% ao ano e com amortização inicial em 15 de julho de 2010. Em 03 de agosto de 2010, a Companhia celebrou o contrato nº 10.2.0478.1, a título de pleito complementar de financiamento, cujo montante original financiado é de R\$ 27.716, corrigidos à TJLP mais juros de 2,22% ao ano. Tal contrato alterou a data inicial da primeira amortização para 15 de julho de 2010. Em 15 de janeiro de 2025, a Companhia dá ao BNDES em penhor os direitos emergentes da receita Autorização ANEEL nº 139, de 06 de abril de 2004, e subsequentes alterações, além dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CVC nº 090/2007, de 16 de outubro de 2007, firmado com a BRF Foods Brasil S/A. Os contratos que a Companhia possui com o BNDES estabelecem condições restritivas que são: a) de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) do no mínimo 1,2, apurados anualmente. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota	31/12/17	31/12/16
Receita operacional líquida		16	17
Custos operacionais		(7.462,42)	(6.578,19)
Compra de energia elétrica	(12.727)	(4.135)	—
Custos dos serviços prestados	(26.897)	(4.655)	—
Depreciação e amortização	(7.118)	(6.784)	—
Lucro bruto		31.687	38.523
(Despesas) Receitas operacionais		17	(1.956)
Administrativas e gerais	(558)	(567)	—
Pessoal	(347)	(420)	—
Depreciação e amortização	(8 e 9)	(40)	(45)
Honorários da diretoria e conselho	14.3	(1.011)	(478)
Outras receitas operacionais		29.731	37.302
Lucros antes do resultado financeiro		18	(8.073)
Despesas financeiras	18	2.123	2.001
Receitas financeiras	18	(5.950)	(7.091)
Lucro antes do IR e da CS		23.781	29.941
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(2.767)	(2.424)
Lucro líquido do exercício		21.014	27.517

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	31/12/17	31/12/16
Lucro líquido do exercício	21.014	27.517
Outros resultados abrangentes	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	21.014	27.517

(ICSD). **b. As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos: 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - Após 2022 - Dívida - Total:** 11.692, 11.692, 11.692, 11.692, 24.360, 71.128.

11. FORNECEDORES:

|--|